

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL NA VITIVINICULTURA DE ALTITUDE NO ESTADO DE SANTA CATARINA – BRASIL: caracterização, atividades, problemas e desafios

Gustavo C. Sampaio - Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: gu_sampaio@hotmail.com

André L. da S. Leite - Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: andre.leite@ufsc.br

Silvio A. F. Cario - Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: fecario@yahoo.com.br

Flávio J. Simioni - Universidade do Estado de Santa Catarina.
E-mail: flavio.simioni@udesc.br

Eixo Temático: 12 - Cadenas agroindustriales

Resumo: A produção de vinhos finos no estado de Santa Catarina – Brasil – ocorre em região que apresenta altitude de 900 a 1400 metros, clima ameno e latitude elevada. Existem 17 vinícolas na região serrana tendo como principal município São Joaquim. Encontram-se plantados 500 hectares de uva, produção próxima de 1,2 milhão de garrafas, faturamento anual superior a R\$ 150 milhões e geração de mais de 2 mil empregos. Entorno desta atividade há um aparato de apoio: organizações empresariais nacionais SENAI, SEBRAE, SESI, SESC, SENAC; associação de classe específica ACAVITIS; universidades UFSC, UDESC e IFSC; pesquisas EPAGRI e EMBRAPA; e, governo local Prefeituras Municipais. As principais medidas tomadas são: alinhamentos das pesquisas e projetos de acordo com as necessidades dos produtores, formalização e recursos para indicação geográfica dos vinhos, definição de padrão comum de produção, estímulo a diversificação produtiva, desenvolvimento do turístico regional com atividade vinícola, etc. Novos desafios são postos: melhorias infraestruturais, redução tributação, incentivo ao empreendedorismo, intensificação de pesquisa e desenvolvimento, etc.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, principalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial, novos mecanismos vêm sendo estudados e aprimorados a fim de que os espaços regionais possam se desenvolver de uma forma sistêmica e em todas as dimensões. Busca-se um desenvolvimento que possa contemplar as questões econômicas, sociais, ambientais, culturais e educacionais.

A partir da década de 80, as grandes mudanças institucionais nas estruturas produtivas, na concorrência internacional, os avanços tecnológicos e a valorização de micro e pequenas empresas contribuíram para o surgimento dos Arranjos Produtivos Locais - APLs

(CASAROTTO FILHO; PIRES, 2001; MARINI; SILVA, 2012). Essa nova concepção de aglomeração industrial surgiu a partir do sucesso comercial das empresas instaladas no Vale do Silício nos Estados Unidos, aglomeração de alta tecnologia e os distritos industriais italianos, chamando mais atenção ainda em decorrência da elevada renda per capita nesses espaços (SANTOS et al., 2004). Os avanços de tais aglomerados no Brasil ocorreram a partir em meados de 1990, por conta dos modelos internacionais e trabalhos que apresentaram êxito no exterior.

Os APLs têm sido o pilar central do Ministério de Integração Nacional na Política Nacional de Desenvolvimento Regional no que tange a organização social dos atores regionais e geração de emprego e renda. Logo, tornam-se um importante mecanismo de política econômica no Brasil. Percebe-se, porém, nos estudos brasileiros inúmeras nomenclaturas para tais aglomerações, tais como Parques Tecnológicos, Arranjos Produtivos Locais, Aglomerações Produtivas, Distritos Industriais, Pólos Tecnológicos, Sistemas Produtivos Locais, *Clusters*, Sistemas Locais de Inovação, dentre outros (COSTA, 2010).

Da mesma forma, o conceito de “instituição” vem sendo destacado há vários anos nos estudos sociológicos e organizacionais. Porém, ainda é um conceito controverso em termos de concepção teórica e de aplicação prática. Os estudos organizacionais precursores adotam um conceito de instituição de um modo prescritivo, preocupados com as formas como uma organização pode tornar-se uma instituição, desenvolvendo-se a corrente de desenvolvimento institucional, causando grande impacto nos estudos organizacionais.

A tradição institucionalista herdeira de Veblen e Commons trouxe novos conceitos a serem trabalhados para o melhor entendimento do mundo real, seguido pelos neoinstitucionalista Hodgson, entre outros e pela nova economia institucional, dentre os quais Williamson e North. Nessa ótica, a análise dos padrões nacionais de desenvolvimento requer que se leve em conta aspectos históricos da formação econômica nacional que “repousam” (*embedded*) na base institucional sobre a qual se deu determinado tipo de desenvolvimento econômico. Assim como valores, hábitos, regras, leis, contratos são fundamentais juntamente com os direitos de propriedade

Sob essa perspectiva, este trabalho tem o objetivo de analisar os impactos da atividade vinícola na região serrana, tendo a cidade de São Joaquim, estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil, como principal referência produtora. Neste local, implanta-se um APL de vinhos de altitude do ponto de vista econômico – cooperação,

confiança, relacionamento entre atores -, bem como do ponto de vista institucional - firmamento hábitos, costumes, regras e valores locais – sustentam o desenvolvimento deste espaço territorial.

A serra catarinense vêm se destacando no cenário catarinense e nacional pelos vinhos produzidos. Os vinhedos dessa região tem uma peculiaridade em relação às demais regiões catarinense, por apresentar altitudes superiores a 900 metros, clima ameno e latitude elevada. As características de solo e clima oportunizaram boa adaptação às espécies *vitis viníferas*, conhecidas como espécies mais recomendadas para a produção de vinhos.

Trata-se de um APL criado em tempos recentes, a partir de ações de empresas públicas de pesquisa e fomento, rapidamente aceitas por empresários que passaram a dedicar a atividade de vitivinicultura. Segundo Rosier (2004); Nunes Júnior, *et al* (2010), o início da atividade nessas regiões iniciaram a partir dos experimentos realizados pela EPAGRI em parceria com CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) a partir de 1991. Os experimentos bem sucedidos atraiu investidores e empresários de outros segmentos para a atividade vitivinícola nesta região.

A principal entidade que abriga os produtores de vinhos finos de altitude abrange todo o estado é denominada ACAVITIS (Vinho de altitude produtores e associados) e abriga atualmente 19 associados distribuídos pelos municípios que compreendem as regiões de São Joaquim, Urubici, Urupema, Campo Belo do Sul, na região serrana; e Monte Carlo, Videira, Treze Tílias, Caçador e Água Doce, na região meio-oeste catarinense. Além desta existem outras instituições de apoio como o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa), EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina); UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina); UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), SANTUR (Agência de Turismo de Santa Catarina)entre outras.

Considerando os aspectos referenciados, o propósito deste estudo é verificar as ações desenvolvidas pelas instituições de apoio à atividade de vitivinicultura da região serrana de Santa Catarina. Para tanto, o estudo está dividido em ...seções; sendo que na 1ª. seção expressa-se o propósito do estudo; na 2ª. seção apontam-se referências teóricas; na 3ª. seção faz-se descrição da metodologia empreendida; na 4ª. apresentam-se os resultados; e, por fim na 5ª. seção faz-se a conclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Abordagem dos Arranjos Produtivos Locais (APLs)

O arranjo produtivo local (APL) apresenta componentes internos (políticas públicas, governança local, capital social, ações conjuntas, externalidades incidentes, eficiência coletiva e vantagem competitiva), que se inter-relacionam para o objetivo comum, representado pela busca da eficiência coletiva ou a vantagem competitiva (MARINI et al., 2012).

Haddad (2002) elenca alguns dos principais atores que são destaque neste arranjo produtivo localizado: (a) atores econômicos (clientes, parceiros e competidores; fornecedores de insumos, componentes ou equipamentos; fornecedores de serviços técnicos); (b) atores do conhecimento (consultores, universidades e institutos de pesquisa); (c) atores de regulação (órgão gestor do APL, governos em seus vários níveis); e (d) demais atores sociais (sindicatos, associações empresariais, organizações de suporte, organizações do chamado “Terceiro Setor”, entre outros).

APL é uma aglomeração setorial, formada predominantemente por pequenas e médias empresas organizadas em uma base territorial, as quais buscam ganhos de eficiência coletiva e competitividade, gerados tanto pelas externalidades como pelas práticas cooperativas entre os diversos agentes econômicos, sociais e políticos que constituem este ambiente produtivo (MARINI et al., 2012). Assim, os APLs têm sido um local de geração de inovação, em razão da interação e congruência das instituições que interagem neste ambiente.

Este modelo surgiu de forma muito intensiva, justamente, por trazer uma nova perspectiva para o desenvolvimento regional, na qual incluía outras variáveis na perspectiva nos modelos de desenvolvimento antes conhecidos:

“Em comum, estes estudos enfatizavam a explicação dos fenômenos econômico-territoriais procurando nos fatores endógenos das aglomerações produtivas os condicionantes de seu desenvolvimento, incorporando, portanto, variáveis antes não consideradas nos modelos precedentemente em voga: infraestrutura econômica e sistemas de logística; infraestrutura de ensino e pesquisa; qualificação da mão de obra; estágio tecnológico das empresas locais e capacidade de inovação; fatores culturais, políticos e sociais locais; capital social, capacidade de governança e relação entre os agentes regionais; recursos produtivos locais; capacidade de gerar e controlar localmente a acumulação; e, existência de interdependências produtivas tanto intra quanto intersetoriais” (COSTA, 2010, p. 18).

Segundo Martins (2002), a contribuição dos APLs para o desenvolvimento regional está atrelada a iniciativa compartilhada, da inovação e do empreendedorismo comunitário. Em consoante, Reis e Amato Neto (2012, p.1) identificam consenso em vários estudos de que “a

promoção de ações conjuntas entre empresas e outras organizações potencializa o ganho de eficiência coletiva que a concentração geográfica de um mesmo setor pode ter”.

Entretanto, o fato de existir um distrito industrial ou aglomerado produtivo numa determinada região ou localidade não significa haver de fato um APL. Marini et al. (2012) concluíram que a promoção destes arranjos produtivos necessita da articulação dos diversos atores ou agentes locais, influenciados pelos aspectos sociais, culturais, econômicos, ambientais, espaciais, políticos, institucionais, presentes naquele território, para uma busca sinérgica da vantagem competitiva e da eficiência coletiva.

Ainda de acordo com os autores, existem características comuns aos APLs, entre as quais: são aglomerações empresariais com especialidade produtiva; localizam-se em uma concentração geográfica e setorial; existência de processos interativos entre os agentes que o fazem criar vínculos; procuram eficiência coletiva através da aglomeração produtiva; formam-se principalmente por pequenas e médias empresas; são apoiados por agentes de apoio; estão imbuídos por práticas de cooperação, que geram inovação e aprendizagem. De forma mais genérica:

“Um APL pode ser entendido como um grupo de agentes “orquestrados” por um grau de institucionalização explícito ou implícito ao aglomerado que buscam como finalidade, harmonia, interação e cooperação, não esquecendo, vale repisar, que estes elementos ocorrem num ambiente competitivo, no qual há sujeitos com distintos graus de poder e com projetos territoriais diversos e muitas vezes antagônicos” (COSTA, 2010, p. 127).

Observa-se que a interatividade entre os agentes e a busca por cooperação são duas características comuns a estes conceitos. Dessa forma, os agentes locais tornam-se protagonistas do território, buscando por meio de práticas cooperativas o desenvolvimento de determinadas atividades produtivas. Campos (2009) acrescenta ainda que as firmas localizadas nestes arranjos possuem ainda semelhanças históricas, culturais e sociais que estimulam as interações. Isso atribui aos agentes um sentimento de pertencimento a um determinado território, propício ao fortalecimento do capital social.

Amaral Filho (2011) ressalta que, independente da nomenclatura utilizada para definição de arranjos produtivos locais, a organização coletiva de micro e pequenas empresas que obtiveram êxito são aquelas que apresentam elementos estruturais comuns e, estes, são apresentados articuladamente.

2.2 Abordagem Institucionalista

O tratamento teórico da economia institucional não leva em conta o mercado como uma “ordem espontânea”, mas sim como uma instituição socialmente construída. Neste enfoque, outras instituições são objeto de análise econômica: as transações, os contratos, as organizações, as leis, os costumes, os hábitos, as convenções, a tecnologia, o Estado, entre outras. As políticas públicas, os processos políticos e a evolução das instituições, bem como o próprio desenvolvimento econômico, são também parte do objeto de análise da economia institucional.

No campo do neoinstitucionalismo, destaca-se a contribuição de Hodgson (1998 e 2001) em estabelecer uma aproximação maior do conceito de instituição ao legado de Veblen, autor do velho institucionalismo norte-americano. Ambos dão destaque as mudanças a partir de um ambiente analítico que contemple os indivíduos, seus hábitos, normas e padrões de conduta. Tal tarefa não é simples, pois exige a inclusão, na análise, de um ambiente de complexidade que contemple, de forma interativa, todos esses conceitos. Da mesma forma, os autores a relação entre o conceito de instituição e o processo de mudança (e, conseqüentemente, de crescimento) operando em um ambiente evolutivo. Mas, para isso, deve-se avançar na proposição de uma ontologia vebleniana, que contemple as relações de causalidade cumulativa que expliquem tais movimentos. E o preenchimento dessa lacuna só será possível mediante o avanço das novas linhas de pesquisa no campo de economia evolucionária e institucional centradas na mencionada ontologia.

Hodgson (2001), levanta algumas questões teóricas relativas à evolução institucional. Enquanto o argumento básico de Menger a respeito da possibilidade de emergência espontânea de instituições prossegue como poderosa heurística, alguns problemas-chave. O primeiro é metodológico, e se aplica a qualquer tentativa de explicar a emergência de instituições partindo de um estado de natureza sem instituições. Argumenta-se que qualquer tentativa nesse sentido está condenada pela necessidade inevitável de assumir-se a existência prévia de outras instituições, como a linguagem (HODGSON, 1988). Nota-se também que esse problema está se tornando amplamente reconhecido, levando a significativa reorientação do programa de pesquisa da “nova” economia institucional.

Uma vez reconhecido que a atividade humana só pode ser compreendida como emergindo em um contexto de algumas instituições pré-existentes, somos mais aptos a enfocar os efeitos das restrições institucionais e da “causação de cima para baixo” sobre os

indivíduos dão lugar a novas formas institucionais. Sugere-se que a emergência e a instabilidade de algumas instituições podem ser reforçadas por processos em que restrições e canais institucionais levam à formação de hábitos de pensamento e comportamento concordantes. Esses argumentos indicam uma abordagem mais ampla da evolução de instituições, diminuindo a importância de comparações estáticas em favor de análises baseadas em processos e algoritmos. Na consideração de evolução mais aberta com relação aos fins, tanto de instituições quanto de preferências individuais, tais argumentos sabem ao velho institucionalismo, embora especificação detalhada de mecanismos de causação de cima para baixo estivesse frequentemente ausente naquela literatura.

Outro fundamento teórico institucionalista vem da Nova Economia Institucional (NEI). Esta abordagem tem sido uma das perspectivas científicas mais debatidas recentemente no mundo acadêmico nas ciências sociais no Brasil. De acordo com Zylbersztajn (2009), a NEI propõe duas vertentes analíticas complementares aplicáveis ao estudo das organizações. A primeira pode ser vista como de natureza macro desenvolvimentista, que focaliza a origem, estruturação e mudanças das instituições. Neste nível, “a questão central é explicar a origem e as mudanças das instituições, vistas como as regras que pautam o comportamento da sociedade” (ZYLBERSZTAJN, 2009, p. 50).

A segunda perspectiva, conforme Zylberstajn (2009), é de natureza micro institucional representada pela economia das organizações, que estuda a natureza explicativa dos diferentes arranjos institucionais observados. Em consonância, Azevedo (2000) destaca que a segunda vertente, que foca o nível micro analítico, abrange a Economia dos Custos de Transação (ECT) e a Economia dos Custos de Mensuração (ECM), ambas intencionadas com a análise de estruturas de governança, contemplando as microinstituições, ou seja, aquelas que regulam transações específicas entre agentes.

A ECT surgiu com Ronald Coase que introduziu em seu célebre artigo “*The nature of the firm*”, em 1937, uma nova perspectiva para o entendimento das estratégias empresariais ao mostrar que existem custos, além dos custos de produção, associados ao funcionamento dos mercados: os custos de transação. Para Zylbersztajn (2009), Coase introduziu uma mudança de paradigma na teoria econômica implantando um novo marco teórico, ao discutir “as razões explicativas para a existência da firma com base nos custos comparativos da organização interna e de produção via mercado, lançando as bases para o estudo das formas alternativas de organização das firmas contratuais” (ZYLBERSZTAJN, 2009, p. 42).

Nas décadas de 1970 e 1980, a partir dos trabalhos realizados por Coase, Williamson (1985) impulsiona a questão dos custos de transação dentro da literatura econômica. Segundo o autor, apresentando a *transação* como unidade de análise, a ECT tem como objetivo controlar os direitos de propriedade por meio do alinhamento de estruturas de governanças. Essas estruturas podem se dar tanto via contratos, via mercado ou integração vertical. A ECT apresenta a função de coordenar essas estruturas a partir da presença de atributos de transação e pressupostos comportamentais.

Conforme destaca Williamson (1985), existem três atributos que caracterizam uma transação: a frequência, a incerteza e a especificidade de ativos, sendo este último o principal determinante da estrutura de governança a ser adotada. Segundo o autor, o atributo frequência diz respeito ao número de vezes que os agentes econômicos se encontram para realizar uma determinada transação. A incerteza, por sua vez, são as mudanças que surgem da complexidade do ambiente econômico, impossibilitando a realização de avaliações totalmente precisas. Os ativos específicos são ativos tangíveis ou intangíveis irrecuperáveis, no sentido de que não podem ser devolvidos para o mercado caso a relação de negócio original seja descontinuada. Não podem ser reempregáveis em outra transação sem perda de valor (WILLIAMSON, 1985).

Além dos atributos das transações, Williamson (1985) afirma que a ECT parte de dois pressupostos comportamentais que a distinguem da abordagem tradicional: o oportunismo e a racionalidade limitada. Em outras palavras, assume-se que os indivíduos são oportunistas e que há limites em sua capacidade cognitiva para processar a informação disponível.

A coordenação ocorre a partir da combinação das estruturas de governança com os atributos de transação e pressupostos comportamentais. Na estrutura de governança via mercado, conforme Williamson (1985), o nível de especificidade de ativos é baixo, logo, os custos de transação são mínimos. Os agentes conhecem as características dos produtos transacionados, a incerteza e a frequência nas transações são mínimas e, normalmente, não se cria reputação entre os agentes. A integração vertical ou hierarquia, por sua vez, é motivada pelo alto nível de frequência, de incerteza e, principalmente, de especificidade de ativos, que pode atingir seis ramificações: locacional, temporal, humana, de marca, física e dedicada (WILLIAMSON, 1985, 1991).

Enquanto os contratos ou formas híbridas, de acordo com Ménard (2004), referem-se aos arranjos de coordenação das transações que se diferem das estruturas via

mercado e integração vertical. No entanto, podem se aproximar dessas estruturas dependendo dos níveis de controle sobre os ativos transacionados entre as partes. Zylbersztajn (2005) afirma que os contratos podem se fazer necessários para garantir que não haja captura da quase renda pelas partes envolvidas, ou seja, para garantir que não ocorra a perda ou expropriação do valor econômico do produto ou serviço transacionado.

Como a ECT, a Economia dos Custos de Mensuração (ECM), proposta por Barzel (2001), envolve a coordenação horizontal e vertical, estruturas internas e se adéqua ao objetivo de reduzir custos de transação. No entanto, difere no que se refere aos pressupostos básicos e unidade de análise, além de não apresentar o impacto empírico equivalente. Zylbersztajn (2005) observa que na ECM, a unidade de análise é a transação decomposta em dimensões, sendo que um conjunto de direitos econômicos e legais são trocados, sendo o primeiro garantido privadamente e o último pelo estado.

Segundo Barzel (2001), o pressuposto é de que transações que apresentam dimensões fáceis de mensurar e contratar sejam garantidas pelo Estado, do contrário, meios privados devem ser empregados. Com isso, Barzel (2005) traz uma nova perspectiva a partir da ECM. O autor afirma que “a integração vertical é útil quando o custo de mensurar as mercadorias intermediárias é alto”, defendendo que “[...] a noção de custo de medição é mais geral do que a de ativos específicos. Também é mais operacional” (BARZEL, 2005, p. 372).

O aspecto chave dos custos de transação está na mensurabilidade dos atributos dos bens. Tal mensuração pressupõe avaliar não só as dimensões físicas dos atributos do objeto de troca (cor, tamanho, peso, quantidade, dentre outros), como também as dimensões dos direitos de propriedade incluídos na troca. Barzel (2003) constata que a mensuração tem um custo e, em certas situações, o mercado pode ser a instituição mais cara para organizar a produção do que a firma. Sendo assim, a empresa integraria verticalmente quando a dificuldade de se mensurar as mercadorias envolvidas na troca ou de se definir os direitos de propriedade transacionados trouxesse custos de transação elevados.

Segundo North (1995, p. 124), as economias são caracterizadas por serem formadas por mercados imperfeitos, dadas as dificuldades de se compreender um ambiente complexo, e por serem dinâmicas. Também, as instituições caracterizam-se por apresentar retornos crescentes. Isso significa que, uma vez escolhido um caminho, há a atuação dos mecanismos autorreforçantes, conforme Arthur (1994), que fazem com que a matriz institucional fique

locked in e seja *path dependence*. A ligação do passado com o presente e o futuro é dada pela história e significa que as instituições apresentam características de *path dependence*.

Para North (1995) Um arranjo institucional de sucesso consecutivamente estará fundamentado em um sistema de direitos de propriedade bem definido. As instituições são essencialmente sistemas de incentivo em qualquer tipo de troca, e é justamente como sistemas de incentivo que estas se relacionam com os direitos de propriedade. Assim, para North, quanto melhor definidos e mais garantidos forem os direitos de propriedade, mais eficientes serão as instituições como sistemas de incentivo ao desenvolvimento econômico. Logo, os direitos de propriedade são os direitos dos quais indivíduos apropriam-se de seu próprio trabalho e dos bens e serviços que possuem. O uso de tais direitos é uma função de normas legais, de organizações formais, de cumprimento obrigatório e de normas de conduta, ou seja, é o marco institucional (North, 1995).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa classifica-se como uma pesquisa descritiva de caráter exploratório, utilizando-se de dados em abordagem qualitativa. Gil (2014, p. 28) disserta que “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa qualitativa tem se apresentado como um tipo de pesquisa relevante nos trabalhos em pesquisas sociais, caracterizada em si mesma, um campo de investigação, na qual atravessa disciplinas, campos e temas.

Utilizou-se de fontes secundárias com aplicação do método de análise documental e fontes primárias com a realização de entrevistas semiestruturadas junto à três agentes de apoio e à presidência da ACAVITIS (Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos de Altitude). O instrumento de coleta utilizado para obtenção das informações foi um questionário estruturado, na qual foram distintos para cada um dos grupos de agente, sendo um para o vitivinicultor e outras questões os agentes de apoio, mas que se mantiveram dentro de uma lógica similar abordando questões históricas, culturais, inovativas e de aprendizagem. Os questionários continham questões abertas apresentando de 12 a 15 questões. Assim, a coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo usando da técnica de entrevista no período de 12 a 19 de novembro de 2018.

Utilizou-se como recorte metodológico, o referencial teórico em estudos desenvolvidos na área de APLs e Teoria Institucionalista. O recorte de estudo escolhido foi a cidade de São Joaquim, no estado de Santa Catarina, por abrigar a maior quantidade de vinícolas e agentes envolvidos na atividade característica desse segmento, bem como por ser a sede da Associação representativa da classe.

Outro motivo que justificou a seleção do município de São Joaquim foi o resultado da análise multivariada ACP (Análise de Componentes Principais) elencando todos os municípios do Sul do Brasil no estudo de Sampaio et al (2015). Nesse estudo, chegou-se a um único identificador de concentração de um setor industrial de uma determinada região, denominado ICN (Índice de Concentração Normalizado), apontando que a cidade de São Joaquim apresenta um índice de 0,6118 dentre os municípios de Santa Catarina. Portanto, apresentando um índice de especialização para a atividade vinícola. Isso significa que a atividade econômica é muito representativa para o município, sendo considerada a segunda maior atividade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O APL de vinhos de altitude catarinense, na qual propõe-se a produzir vinhos finos, compreende a região denominada “*super nova*” dentro do território deste estado, na qual se diferencia das demais regiões, que apresentam na grande maioria uma produção de vinhos comuns e coloniais (BRDE, 2005). O cultivo de uvas *Vitis vinifera* (espécie de videira cultivada para produção de vinho na Europa), na região do planalto e meio-oeste catarinense surgiu por meio de experimentos realizados por pesquisadores da Estação Experimental da EPAGRI em parceria com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (ROSIER, 2004; NUNES JUNIOR et al., 2010). A partir disso, esta atividade tem sido acompanhada por instituições de pesquisa, universidades, órgãos públicos e instituições de apoio (agentes de apoio).

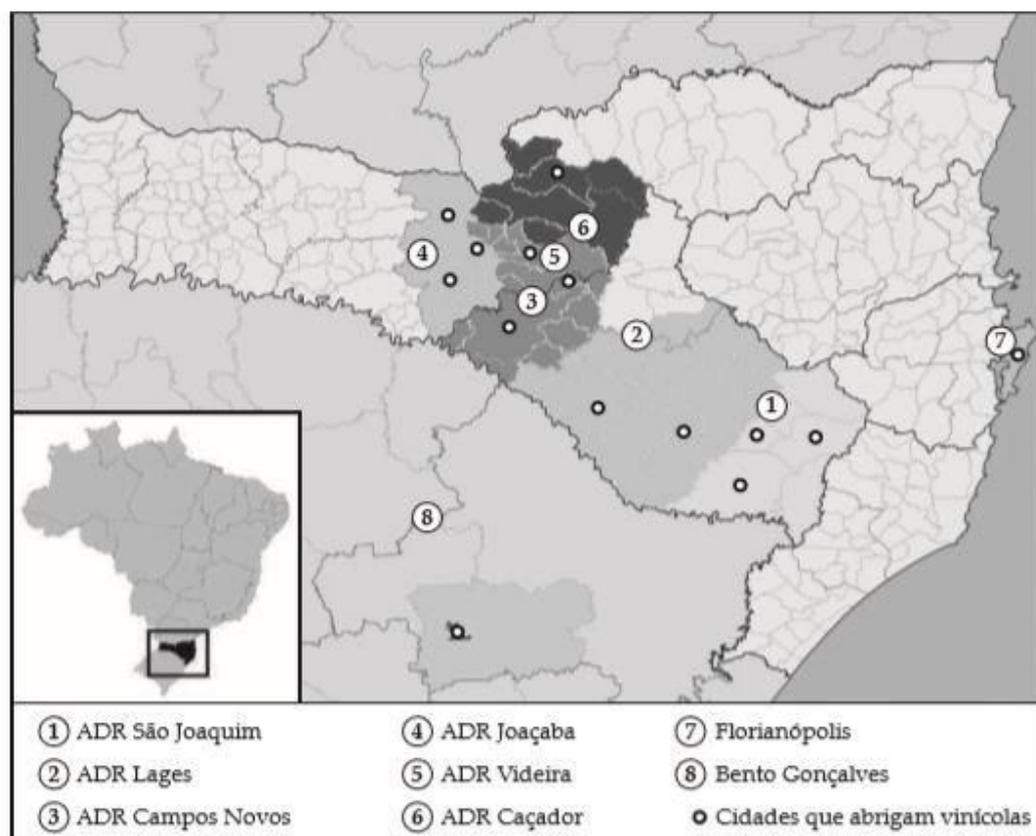
As principais características identificadas para produção de vinhos diferenciados são a altitude de 900 a 1400 metros, clima ameno e latitude elevada. Os resultados obtidos com os primeiros vinhos demonstraram esse potencial para o cultivo dessas uvas. Os empresários precursores da atividade fundaram a ACAVITIS (Associação Catarinense dos Produtores dos Vinhos Finos de Altitude) no dia 06 de novembro de 2005, na qual abrange todo o estado e

abrigava inicialmente 37 associados distribuídos pelos municípios que compreendem as regiões de São Joaquim (compreendidas pelas cidades de São Joaquim, Urupema, Urubici, Bom Retiro, Painel e Campo Belo do Sul), Campos Novos (compreendendo as cidades de Campos Novos e Monte Carlo) e Caçador (compreendendo as cidades de Caçador, Água Doce, Salto Veloso, Treze Tílias, Videira e Tangará). Juntos cultivavam 279 hectares com uvas do tipo *Vitis vinifera* (ACAVITIS, 2018).

Os pré-requisitos para fazer parte do quadro de associados são produzir em solos catarinense uvas do tipo *Vitis vinifera*, produzir em altitude acima de 900 metros, a produção máxima não pode exceder a 6 mil litros de vinho por hectare de uva plantada e produzir com rigoroso controle de qualidade, que inclui a proibição da adição de açúcar ao mosto, denominado como processo de chaptalização (ACAVITIS, 2018; **LOSSO; PEREIRA, 2010**). Essas regras e diretrizes iniciais compreendem uma concepção enraizada nas instituições são determinadas por regras e normas culturalmente concebidas. A organização entre diversas empresas vinícolas e demais agentes de apoio, principalmente a criação de uma associação fortaleceu ainda mais a atividade nas regiões produtora de vinhos de altitude, um dos motivos que o faz caracterizá-lo como um APL e criando um ambiente propício para a criação de novos hábitos e costumes em direção a uma nova proposta de atividade econômica na região.

Nos dias atuais, a entidade possui 17 vinícolas em seu quadro de associados, abrangendo os municípios de São Joaquim, Urubici, Urupema, Campo Belo do Sul, Monte Carlo, Videira, Treze Tílias, Caçador e Água Doce. De acordo com Benetti (2016), os associados possuem mais de 500 hectares plantados de uva, produzem anualmente aproximadamente 1,2 milhão de garrafas e apresentam faturamento anual superior a R\$ 150 milhões, gerando mais de 2 mil empregos diretos e indiretos.

Figura 1. Localização do APL de vinhos de altitude catarinense



Vianna, et al. (2019), a partir de cadastros vinícolas apontam a existência de 525 vinhedos (263,3ha) na região de altitude catarinense, conforme demonstrado na tabela 1. Neste trabalho, considera-se vinhedo uma área contínua de videiras com uma única variedade. As variedades tintas correspondem a 71,6% da área plantada, as variedades bancas cobrem 24,7% dos vinhedos e 3,7% da área está plantada com variedades tintas e brancas misturadas.

Variedades	2008		2013		2018		Diferença		
	n	Área	n	Área	n	Área	08-13	13-18	08-18
C. Sauvignon (CS)	135	125,5	148	123,8	109	79,2	-1,7	-44,8	-46,4
Merlot (ME)	63	44,9	79	48,3	69	40,0	3,4	-8,3	-4,9
S. Blanc (SB)	21	14,7	38	24,8	45	25,2	10,1	0,3	10,5
Chardonnay (CH)	29	17,6	41	27,4	35	24,2	9,7	-3,1	6,6
Pinot Noir (PN)	18	9,8	26	17,4	28	16,2	7,5	-1,1	6,4
Sangiovese (SG)	5	2,6	23	11,2	27	12,8	8,6	1,6	10,2
Montepulciano (MP)	3	0,3	12	4,4	26	8,7	4,1	4,4	8,5
Malbec (MB)	15	7,7	19	11,2	15	8,1	3,5	-3,1	0,4
C. Franc (CF)	14	6,0	17	6,5	23	8,0	0,6	1,4	2,0
Outras (OU)	106	29,6	189	58,3	149	46,8	28,7	-11,5	17,2
Total	409	258,7	592	333,3	526	269,3	74,5	-64,0	10,5

Tabela 1 – Quantidade de vinhedos (n) e área plantada por variedade nos cadastros de 2008, 2013 e 2018. Diferença de área por variedade entre os anos.

Fonte: Viana, et al. (2019).

A atividade tem sido considerada por várias entidades de vitivinicultura de altitude como um APL, conforme aponta Campos (2009) no relatório de pesquisa “Os arranjos produtivos locais no estado de Santa Catarina: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio” formulado conjuntamente com a REDESIST, BNDES, FEPESE e UFSC. O relatório evidencia a inclusão do APL dos Vinhos de Altitude nas ações de políticas para APLs realizado pelo SEBRAE. Destaca ainda que a entidade supracitada realizou o principal mapeamento de APLs no Estado.

A Câmara de Gestão do Desenvolvimento das Aglomerações Produtivas e Redes de Empresas de Santa Catarina reconhece este APL, listando-o entre aqueles APLs prioritários no estado de Santa Catarina, a partir da ata de reunião extraordinária desta entidade realizada no dia 24 de fevereiro de 2011 a qual foi submetida ao GTP-APL (Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais), coordenado pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), informação esta que pode ser confirmada no portal eletrônico desta entidade.

O suporte e evidências trazidas pelas entidades governamentais e de pesquisa permite a este APL um apoio direcionado de vários agentes em prol do desenvolvimento da atividade vinícola, garantindo a estes vitivinicultores o direito de se utilizar de uma Indicação Geográfica e posteriormente, o pleito de Denominação de Origem, tão necessária para produtos como o vinho. Nesse vértice North (1995) disserta que quanto melhor definidos e mais garantidos forem os direitos de propriedade, mais eficientes serão as instituições como sistemas de incentivo ao desenvolvimento econômico. Logo, os direitos de propriedade são os direitos dos quais indivíduos apropriam-se de seu próprio trabalho e dos bens e serviços que possuem. O uso de tais direitos é uma função de normas legais, de organizações formais, de cumprimento obrigatório e de normas de conduta, ou seja, é o marco institucional (NORTH, 1995). Este direito de propriedade aos atores desse arranjo possibilitarão a consolidação desse espaço como território enogastroturístico.

A partir do dia 22 de julho de 2015 a ACAVITIS passou denominar-se em seu contrato social “Vinho de altitude produtores e associados”. A governança do APL é exercida pela presidência e diretoria da ACAVITIS, escolhida a cada dois anos. A sede da entidade localiza-se em São Joaquim/SC, pois abriga a Estação Experimental da EPAGRI e a maioria dos vitivinicultores. A densidade e centralidade das maiores ações desenvolvidas, concentram-se neste município.

A pesquisa também demonstrou que há no entorno da vitivinicultura de altitude um aparato de organizações, principalmente governamentais, investindo fortemente para mudança de hábitos e rotinas, citando a implantação e presença do Sistema “S” (SENAI, SEBRAE, SESI, SESC, SENAC), do IFSC na cidade de Urupema (com o curso de Viticultura e Enologia), além dos vários projetos das instituições que acompanham a atividade ao longo do tempo, como UFSC, UDESC, EPAGRI, Secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Prefeitura Municipal, SANTUR e o próprio Governo do Estado de Santa Catarina. A cidade de São Joaquim apresenta-se numa posição central das demais vinícolas e da capital do Estado, onde uma boa parte dos vitivinicultores residem e apresentam pontos de comercialização de seus produtos.

A grande maioria das vinícolas e os agentes SEBRAE, SANTUR, Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Prefeitura Municipal de São Joaquim, Embrapa Uva e Vinho (Bento Gonçalves), EPAGRI, UFSC, UDESC e IFSC são agentes que possuem maior atuação na rede de agentes do APL de vinhos de altitude.

O município de São Joaquim, conhecido nacionalmente por apresentar uma das temperaturas mais baixas do Brasil e pela ocorrência de neve no período inverno, apresenta um clima peculiar apontado como fatores que diferenciam os vinhos da região, já que a altitude permite uma plena maturação das uvas, gerando frutos com excelente qualidade para vinhos (CORDEIRO, 2006). A partir disso, a região de São Joaquim, tradicionalmente conhecida como polo de cultivo da maçã, atraiu alguns empreendedores dispostos a investir na nova atividade da região, mesmo sabendo que o pioneirismo de uma atividade invoca altos custos iniciais e muitos riscos.

Desse modo, o desenvolvimento da atividade vitivinícola da região, junto com sua articulação com o turismo tem apresentado contribuição para o desenvolvimento regional, por meio do fluxo de turistas que visitam as cantinas e vinícolas, e ao utilizarem os equipamentos da rede hoteleira e gastronômica, geram renda e emprego. Os entrevistados também evidenciam que ocorreram mudanças através do tempo, ou seja, mudança de hábitos locais. Fala-se muito mais em vinhos que outros tempos. Os investimentos aos poucos têm proporcionado melhorias na infraestrutura e na beleza da cidade, ampliando as atrações e ofertas de serviços aos turistas.

Periodicamente, os vitivinicultores se reúnem para tratar de assuntos de seus interesses e, atualmente, a EPAGRI têm figurado como o único agente externo a estar presente nestas

reuniões. Há aproximadamente três anos, estabeleceram-se novos acordos entre esta e vitivinicultores no sentido de alinhar as pesquisas e projetos de acordo com as necessidades dos produtores. Um exemplo é o início de pesquisas para desenvolvimento da levedura própria (matéria-prima necessária para a produção de vinhos), na qual atualmente são importadas. Esporadicamente, representantes do SEBRAE e da SANTUR, também são convidados. Os demais agentes são convidados para reuniões pontuais e de organização para ações conjuntas ou ações específicas.

Os agentes de liderança na rede foram citados como sendo a Governança (Presidência da ACAVITIS), SEBRAE e EPAGRI. Um dos trabalhos de grande avanço citado pelos pesquisados e evidenciado na bibliografia pesquisada foi a formalização e a liberação de recursos para a primeira Indicação Geográfica dos vinhos de altitude em parceria com SEBRAE, EPAGRI e EMBRAPA. Na sequência, têm-se trabalhado no projeto para obtenção da Denominação de Origem. Esse processo exigirá dos vitivinicultores um padrão de produção. Como se pode perceber, vários agentes têm contribuído diretamente ou indiretamente para o desenvolvimento da atividade. Porém, na visão dos entrevistados, não se tem certeza de que todos os esforços estão sendo muito canalizados ou se há um procedimento para que se obtenha o melhor destes investimentos.

Em destaque as atividades exercidas pela UFSC, no âmbito da governança deste APL:

- 1) a avaliação de genótipos de videira resistentes a doenças em diferentes condições edafoclimáticas de Santa Catarina;
- 2) Realização de novos ciclos de cruzamentos entre os genótipos contendo genes de resistência a doenças piramidados e variedades viníferas adaptadas ao planalto catarinense, visando o desenvolvimento de novas variedades que conciliem resistência a doenças com atributos de qualidade e adaptação; e
- 3) Esforços voltados no Melhoramento Genético; Biologia molecular; Sustentabilidade - Utilizar a seleção assistida por marcadores moleculares para a piramidação de genes de resistência a doenças - Caracterização de germoplasma para a identificação de novas fontes de resistência - Mapeamento genético e análise de QTLs para a localização de genes de resistência a doenças - Caracterização molecular de patógenos da videira. - Desenvolvimento de novas cultivares com elevada resistência a doenças e elevado potencial enológico.

Utilizando-se de análise de redes sociais e a construção da sociomatrix da centralidade da rede, identificou quais são os agentes que possuem mais liderança e pró-atividade nas ações desenvolvida pela rede de agentes do APL de vinhos de altitude catarinense. Nesta

análise, quanto maior for a quantidade de laços *Indegree* (quantidade de indicações por cada agente) no sociograma maior é sua representatividade na rede e sua atuação nesta. Como resultado, a Governança do APL (Presidência da ACAVITIS), SEBRAE e EPAGRI, com 29 (vinte e nove) apontamentos cada, representando individualmente 69,05% dos laços possíveis, são os agentes mais atuantes e representativos na rede. As vinícolas 7 e 17, nominada por números para manter o sigilo das mesmas, apresentaram 21 e 20 laços de centralidade, respectivamente.

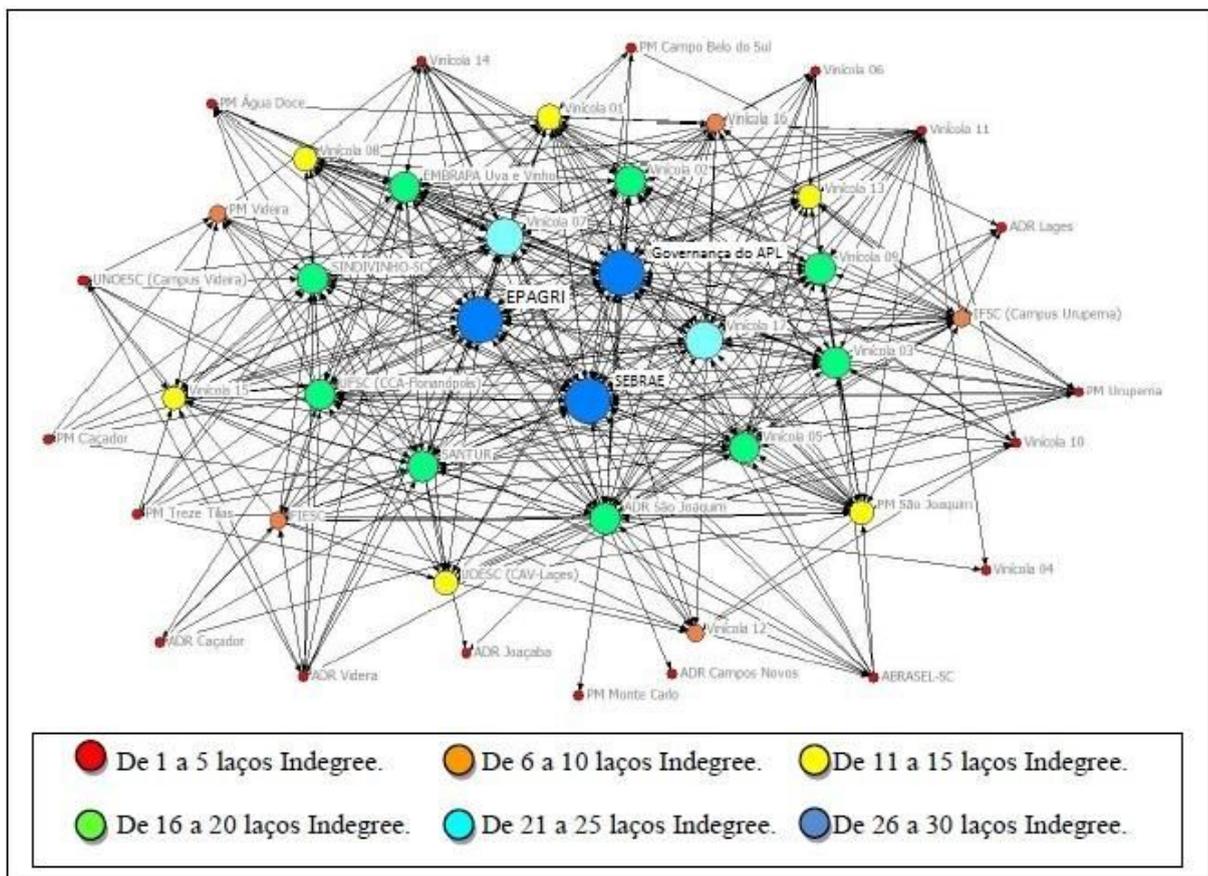


Figura 7 - Sociograma de análise da centralidade assimétrica da rede de agentes do APL. Fonte: elaborada pelo autor por meio do software Ucinet (2002).

Em complemento, observam-se os esforços em realizar a atividade vinícola e a gastronômica, segundo os entrevistados. Esses esforços têm propiciado um novo olhar e um apelo turístico maior apesar da região apresentar um espaço limitado comparado a outras atividades como a pecuária, madeireira e até mesmo a macieira. O vinho tem a capacidade de atrair o Turismo. Enaltece, que o município tem recebido um aporte “fantástico” para o desenvolvimento da atividade vinícola, apesar de ainda necessitar muito investimento. Cita o

entrevistado que várias confrarias na cidade e em outros locais também têm mudado os hábitos das pessoas em torno da atividade, se fala mais sobre vinho entre a própria população, que até então, era algo muito distante.

Entre as dificuldades apontadas pelos entrevistados, a concorrência e a consolidação das vendas estão entre as maiores. Existe uma sensibilidade dos preços nas gôndolas dos supermercados, os consumidores ainda veem os preços dos produtos catarinenses acima do demais produtos nacionais e também importados. Este, é na opinião dos entrevistados, uma das grandes barreiras. Outro entrave elencado pelos pesquisados é a alta tributação, chegando a aproximadamente 60% do produto, e o custo Brasil, principalmente relacionados ao transporte e o custo com insumos importados. A Substituição Tributária interfere diretamente também no custo do produto. Apesar disso, o enquadramento da atividade no Simples Nacional foi identificado como uma das maiores conquistas dos últimos tempos.

A inovação está presente na atividade vinícola desde o seu início, trazendo novas possibilidades futuras para a atividade na região. Foi destacado nas entrevistas que um dos diferenciais e fatores inovativos são as linhas de envases menores e os maquinários mais acessíveis e com custos menores. As instituições de pesquisa identificam as uvas que não têm apresentado um bom resultado, recomendando que sejam descartadas da produção. Outro aspecto relevante é com relação a intensificação de produção de vinhos brancos e espumantes, pela notória qualidade e baixo custo de produção. Algumas vinícolas têm aumentado sua parcela de produção neste tipo de vinhos em detrimento aos vinhos tintos, que apresentam maior custo de produção e tempo de guarda em barricas.

As vinícolas têm se cercado de bons profissionais tanto na produção da uva quanto na vinificação, facilitando o acesso de informações e do aprendizado, tanto interno como externo. Uma das grandes vantagens neste aspecto é o reconhecimento pelos vitivinicultores de que a pesquisa e as técnicas de produção sempre estiveram muito presentes, fazendo com que a atividade se desenvolva a passos largos, apesar da atividade ser considerada de retornos a longo prazo. Os entrevistados indicaram ainda que há alguns fatores críticos em termos de estrutura a serem vencidos, principalmente em relação a falta de aeroportos regionais e o encarecimento das propriedades rurais na região, que torna a atividade ainda mais dispendiosa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens teóricas sobre arranjo produtivo local (APL) constitui uma referência para estudos sobre desenvolvimento regional. Sob esta forma de organização, ocorrem ações cooperativas entre os agentes estabelecidos. Firmam-se relações de confiança, sólidos vínculos, estratégias conjuntas, enfim compromissos pautados pelo crescimento das atividades econômicas desenvolvidas. Firma e instituições agem em prol do desenvolvimento local. Assim como a abordagem institucionalista auxilia no desenvolvimento econômico, pois ações dos agentes – firmas e órgãos de apoio – são construídos ao longo do tempo, estabelecem um *path dependence* construídos a partir de intenção, hábitos de pensamento e ações comportamentais.

Este trabalho objetivou analisar os impactos da atividade vinícola no município de São Joaquim a partir da implantação do APL de vinhos de altitude sob o ponto de vista institucional, colaborando cientificamente na utilização desta vertente para demonstrar o desenvolvimento de determinados espaços territoriais.

A atividade vinícola foi acompanhada desde o seu início por instituições de pesquisa e a organização da atividade por meio de uma associação, possibilitou a criação de regras e diretrizes, corroborando com a concepção institucionalista, na qual discorrem que as instituições são determinadas por regras e normas culturalmente concebidas, bem como são fundamentais para o exercício da governança. A organização entre diversas empresas vinícolas e demais agentes de apoio, principalmente a criação da associação, fortaleceu ainda mais a atividade na região produtora de vinhos de altitude, um dos motivos que o faz caracterizá-lo como um Arranjo Produtivo Local. Assim, constituiu-se um ambiente propício para a criação de novos hábitos e costumes em direção a uma nova proposta de atividade econômica na região.

O espaço territorial de São Joaquim tem apresentado mudanças significativas com a implantação da vitivinicultura, modificando o espaço e a estrutura da cidade, com potencialidade para evolução. Isto também têm ocasionado mudanças culturais e de hábitos da comunidade e atraindo novos investimentos, como também tem fomentado e fortalecido o turismo na região. Todos os investimentos do setor e em infraestrutura que têm sido realizados desenvolvimento da vitivinicultura ainda necessitam de acompanhamentos e reforços sobre alguns desafios da atividade. Entre eles, destacam-se o posicionamento da

marca, por meio de Denominação de Origem, diminuição de custos de produção, investimentos em infraestrutura e padronização de processos produtivos.

Por fim, ressalta-se a governança exercida pela ACAVITIS no APL em estudo. As tarefas exercidas por esta instituição conta com apoio de outras instituições SEBRAE, EPAGRI, EMBRAPA, UDESC, UFSC entre as principais. No conjunto desenvolvem ações pautada pela forma cooperativa para tratamento dos problemas e virtudes relacionados a esta atividade produtiva, estabelecem projetos conjuntos, fazem alinhamentos de pesquisa, firmam estratégias de comercialização, entre outras. Ressalta-se, também, neste conjunto de ações as voltadas a desenvolver de forma atrelada as atividades produtivas e inovativas da vitivinicultura com atividades turísticas.

REFERÊNCIAS

ACAVITIS. Associação catarinense dos produtores de vinhos finos de altitude. Disponível em: <www.acavitis.com.br>. Acesso em: novembro de 2018.

AMARAL FILHO, J. do. Sistemas e arranjos produtivos locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, p. 171-212, 2011.

AZEVEDO, P. F. de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BENETTI, Estela. **Rota dos vinhos de altitude levam riqueza para a Serra de SC**. Diário Catarinense, Florianópolis, SC, 14 mar. 2016. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/colunistas/estela-benetti/noticia/2016/03/rotas-dos-vinhos-de-altitude-leva-m-riqueza-para-a-serra-de-sc-5110895.html>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BARZEL, Y. Organizational forms and measurement costs. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, v. 161, p. 357-373, 2005.

BARZEL, Y. Standards and the form of agreement. In: **3 International Society for New institutional Economics**. Budapeste, Hungria, 2003. Disponível em: <http://www.isnie.org>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRDE - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Vitivinicultura em Santa Catarina: situação atual e perspectivas**. Florianópolis, BRDE, 2005.

CAMPOS, Renato Ramos (Coord.). **Os arranjos produtivos locais no Estado de Santa Catarina: Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Primeiro Relatório da Pesquisa “Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjo Produtivos Locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil”**. Florianópolis: UFSC, 2009. 59p. (Contrato Fepese-BNDES.)

CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. São Paulo: Atlas, 2001.

- CONCEIÇÃO, O. A. C. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 85-105, 2008.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. Há compatibilidade entre a “tecnologia social” de Nelson e a “causalidade vebleniana” de Hodgson? **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, p. 109-127, 2012.
- CORDEIRO, Wilton Carlos. **A vitivinicultura em São Joaquim - SC: uma nova atividade no município**. Wilton Carlos Cordeiro – Florianópolis, 2006.
- COSTA, E. J. M. da. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- HADDAD, P. R. A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno. In: FÓRUM INTERAMERICANO DA MICROEMPRESA, 5, 2002. **Anais...** Rio de Janeiro: BID, 2002. p. 1-10.
- HODGSON, G. M. **Economics and institutions: A manifesto for a modern institutional economics**. Polity Press and University of Pennsylvania Press, Cambridge and Philadelphia, 1988.
- HODGSON, G. M. **How economics forgot history: the problem of historical specificity in social science**. London: Routledge, 2001.
- LOSSO, Flavia Baratieri; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **O Turismo e a Produção de Vinhos Finos na Região de São Joaquim (SC): Notas Preliminares**. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Jul, 2010.
- MARINI, M. J.; SILVA, C. L. da S. Desenvolvimento regional e arranjos produtivos locais: uma abordagem sob a ótica interdisciplinar. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 107-129, 2012.
- MARINI, M. J.; SILVA, C. L. da S.; NASCIMENTO, D. E. do; STRAUHS, F. do R. Avaliação da contribuição de arranjos produtivos locais para o desenvolvimento local. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 17, n. 996, 2012.
- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 5, p.51-59, 2002.
- MÉNARD, C. The economics of hybrid organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, p. 345-376, 2004.
- NUNES JÚNIOR, C. L.; FERREIRA, N. A. C.; MINUZZI, J.; CASAROTTO FILHO, N. Análise do APL de vinhos de Altitude do Planalto Catarinense. VI Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas. Recife (PE), abril, 2010.
- NORTH, D. C. Some fundamental puzzles in economic history/development". **Economic History**, University Library of Munich, Germany, 1995.
- REIS, A. P. dos; AMATO NETO, J. Aprendizagem por cooperação em rede: práticas de conhecimento em arranjos produtivos locais de software. **Produção**, v. 22, n. 3, p. 345-355, 2012.
- ROSIER, J. P. Novas regiões: vinhos de altitude no sul do Brasil. In: X Congresso Brasileiro de Viticultura e Enologia, 2004.
- SANTOS, G. A. G. dos; DINIZ, E. J.; BARBOSA, E. K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. **Revista do BNDES**, v. 11, n. 22, p. 151-179, 2004.
- SCHUMPETER, J. A. Inovações e dinâmica capitalista, 1984.

VIANNA, L. F. N.; VIEIRA, V. F.; PANDOLFO, C.; DORTZBACH, D.; RICCE, W. S.; MASSIGNAN, A. M. Principais variedades de uvas viníferas na região de altitude de Santa Catarina: evolução da área plantada entre 1998 e 2018. ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE FRUTICULTURA DE CLIMA TEMPERADO – FRAIBURGO, SC. Vol. II – Resumos. Caçador: Epagri, vol 2 (resumos), 2019. 198 p.

WILLIAMSON, O. E. Comparative economic organization: The analysis of discrete structural alternatives. **Administrative Science Quarterly**, v. 36, p.269-296, 1991.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting**. New York: Free Press, 1985.

ZYLBERSZTAJN, D. **Measurement costs and governance**: bridging perspectives of transaction cost economics. In: International Society for the New Institutional Economics – ISNIE, Barcelona-Espanha, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. In: SOUZA, J. P. de; PRADO, I. N. do (Org.). **Cadeias produtivas: estudos sobre competitividade e coordenação**. 2. Ed. Maringá: EDUEM, 2009.